



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **0011638-30.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Vandelina Aparecida Ferraz de Oliveira**
 Requerido: **Panamericano Arrendamento Mercantil Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Processo nº 1.179/13

Vistos.

VANDELINA APARECIDA FERRAZ DE OLIVEIRA, qualificada na inicial, ajuizou Ação Declaratória de Inexistência de Débito c.c. Danos Morais em face de PAN-AMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL SA, também qualificado, alegando não ter firmado o contrato de financiamento da motocicleta Honda, modelo CG150 SPORT, adquirida na empresa Novamoto Veículos Ltda., sustentando, segundo boletim de ocorrência juntado, que um estelionatário teria se passado por ela e efetuado a compra, e, assim, foi apontada injustamente em cadastro de inadimplente, requerendo a declaração de inexistência do débito oriundo do contrato n. 17453708 e que a ré seja condenada no pagamento de R\$ 88.067,20 em danos morais.

O réu contestou o pedido sustentando que o contrato foi firmado à vista de documentos autênticos por funcionário habilitado, tendo a autora chegado a pagar as primeiras parcelas do contrato, o que não ocorreria caso se cuidasse de estelionatário, de modo que entende improcedente a demanda e, alternativamente, defende a diminuição do valor da indenização, posto que exagerado e que evidente tentativa de enriquecimento ilícito.

A autora replicou alegando que o caso de apontamento equivocado em cadastro de adimplentes é, por si só, motivo para aplicação dos danos morais, no mais, reiterou em termos gerais a inicial.

O feito foi saneado, realizando-se perícia grafotécnica, conforme determinação deste juízo, para se verificar a autenticidade das assinaturas da autora.

É o relatório.

DECIDO.

Com todo o respeito a autora, razão assiste ao réu.

A autora não logrou em comprovar que o contrato teria sido firmado por estelionatário.

Por outro lado, o réu afirma que houve o pagamento de algumas parcelas do financiamento pela autora, o que realmente é de causar estranheza em um caso de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

estelionato.

Para arrematar a problemática, o laudo pericial grafotécnico, confirma as alegações do réu, concluindo que as assinaturas podem ser consideradas autênticas e emanaram do próprio punho da autora.

Deste modo, resta evidente que realmente houve a contratação do financiamento pela autora, sendo que, no caso de seu inadimplemento, como ora observado, a inscrição em cadastro de inadimplentes não lhe fere os direitos da personalidade, não lhes sendo devidos danos morais.

Sendo assim, deve ser revogada a antecipação de tutela, aqui deferida, a qual determinou a exclusão do nome da autora dos cadastros de inadimplentes, podendo ela ser novamente inscrita no caso da continuidade do inadimplemento em relação a este contrato.

A autora sucumbe e deverá arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ela concedida.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, proposta por VANDELINA APARECIDA FERRAZ DE OLIVEIRA contra Panamericano Arrendamento Mercantil Sa, em consequência do que REVOGO a antecipação de tutela que excluiu o nome da autora dos cadastros de inadimplentes e CONDENO a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Oficie-se os órgãos de proteção ao crédito, comunicando-se que foi revogada a antecipação de tutela que excluiu o nome da autora dos cadastros de inadimplentes.

P. R. I.

São Carlos, 03 de novembro de 2016.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA